

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.850 - PR (2018/0279081-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **RIDAN LABORATÓRIO DE ANÁLISES LTDA**
ADVOGADOS : **WILTON VICENTE PAESE - PR008137**
: **KARINE SAGGIN E OUTRO(S) - PR045304**
RECORRIDO : **HOSPITAL DR. FEITOSA S/A**
ADVOGADOS : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**
: **RAFAEL LAYNES BASSIL - PR036589**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ASTREINTES. AFASTAMENTO COM BASE NO ENUNCIADO 372/STJ. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO E NECESSIDADE DE REVISÃO DE CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO (ENUNCIADOS 284/STF E 7/STJ). NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA.

1. Inexistência de qualquer dos vícios do art. 1.022 do CPC. O cerne da fundamentação dos acórdãos recorridos era a inoponibilidade da objeção de coisa julgada em relação a instituto (astreintes) que, por lei, a flexibiliza. As alegações ditas não analisadas eram irrelevantes, ou diretamente incompatíveis com os fundamentos adotados pelo acórdão ou, ainda, foram devidamente analisadas, arrostando a má-fé a alegação de omissão.

2. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial 1.346.588/DF, reafirmou a necessidade da parte recorrente identificar o dispositivo de lei federal com interpretação divergente, sob pena de se impor aos membros desta Corte a identificação, de ofício, do texto legal sobre o qual se alega o dissídio e de ferir a ampla defesa e contraditório ante a dificuldade do recorrido de identificar de forma clara e precisa a tese jurídica a ser impugnada.

3. Não há como se conhecer do recurso especial pelo dissídio quando o acórdão recorrido encontra sintonia com a orientação desta Corte Superior, e, por outro lado, a questão exigiria, apenas, a revisão do contexto fático probatório.

4. RECURSO ESPECIAL EM PARTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por RIDAN LABORATÓRIO DE ANÁLISES LTDA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF, contra o acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cuja ementa está assim redigida:

AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DECISÃO AGRAVADA QUE REJEITOU IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ALEGAÇÃO DE QUE OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS SÃO DOTADOS DE EFEITO SUSPENSIVO - OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE INTERROMPEM O PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE OUTROS RECURSOS SEM. CONTUDO. A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO - MULTA COMINATÓRIA EM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DESCABIMENTO - SÚMULA 372 DO STJ - AUSÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL - ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA CORTE SUPERIOR - NECESSIDADE DE SUPRESSÃO DAS ASTREINTES - PLEITOS REFERENTES AO AFASTAMENTO DE JUROS DE MORA E MINORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PREJUDICADOS - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO.

A decisão que arbitrou astreintes não faz coisa julgada material, visto que é apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser modificada a requerimento da parte ou de ofício, para aumentar ou diminuir o valor da multa ou, ainda, para suprimi-la. (AgInt no Resp 1.581.716/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA. TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016. DJe 25/10/2016)

Opostos três embargos de declaração, foram acolhidos apenas os do recorrido, fixando-se os ônus sucumbenciais.

Em suas razões recursais, sustentou a afronta aos arts. 1.022 e 489, §1º, inciso IV, do CPC, ao fundamento de que o acórdão omitiu-se acerca de suas razões no sentido da inaplicabilidade da Súmula 372/STJ ao caso concreto, tendo em vista o trânsito em julgado da decisão que fixara as astreintes, a publicação do enunciado sumular 2 anos após a sentença que fixou as

asteintes, não ter ela efeito vinculante, e, com a entrada em vigor do CPC de 2015, ter a lei passado a prever a possibilidade de o juiz adotar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para que o documento seja exibido, na forma do art. 400. Disse do dissídio jurisprudencial em face da impossibilidade de aplicação do entendimento do enunciado 372/STJ por força do trânsito em julgado da decisão, não se equiparando a situação àquelas em que se supera o trânsito em relação ao valor da multa aplicada. Asseriu existir dissídio, ainda, acerca da possibilidade de inverter-se a sucumbência na hipótese de parcial procedência de impugnação ao cumprimento de sentença, impondo-se uma redistribuição proporcional dos honorários, tendo em vista ambas as partes terem restado vencidas e vencedoras, não se podendo reconhecer a sucumbência mínima. Pediu o provimento.

Houve contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem.

Interposto agravo em recurso especial, a Presidência desta Corte Superior dele não conheceu por ausência de impugnação a um dos fundamentos da decisão agravada.

Em sessão de 04/06/2019, esta Terceira Turma entendeu por bem em converter o agravo em recurso especial, independentemente de acórdão.

É o relatório.

Passo a decidir.

Tenho que o recurso especial merece ser desprovido.

Início com a alegação de negativa de prestação jurisdicional, seja pela ausência de enfrentamento de razões formuladas no sentido da inaplicabilidade do enunciado 372/STJ, seja pela alegada deficiência de fundamentação do acórdão recorrido.

A Corte local, em sede de agravo interposto contra a impugnação ao cumprimento de sentença formulada pela recorrente, pautou-se, essencialmente, na particular natureza das astreintes e, com base nestas, reconheceu poder o Judiciário seja reduzir ou aumentar o valor, seja suprimi-la

em sede de execução, não se podendo daí extrair violação à coisa julgada material.

Utilizou-se, ainda, como fundamento para o provimento do agravo de instrumento e afastamento das astreintes aplicadas em ação cautelar de exibição, precedente desta Terceira Turma a tratar exatamente do enunciado 372/STJ e da impossibilidade de reconhecimento da coisa julgada como óbice à sua aplicação.

Ora, não mais se poderia exigir do órgão julgador, definitivamente não tendo ele de se manifestar sobre argumentos formulados pela parte naturalmente incompatíveis com os fundamentos da decisão embargada ou, ainda, irrelevantes, como aquele a defender a inaplicabilidade do enunciado 372/STJ porque publicado 2 anos após a aplicação da multa.

Ora, o enunciado sumular é expressão da jurisprudência dominante desta Corte Superior e, assim, exprime a orientação das Turmas que a compõem e que vinha sendo defendida anos antes de sua edição.

Há precedentes de 2003, 2005 e 2007 acerca exatamente da impossibilidade de aplicarem-se *astreintes* na hipótese de não atendida a ordem de exibição cautelar de documentos.

A propósito:

Ação de exibição de documentos. Multa cominatória.

1. A multa cominatória é pertinente quando se trate de obrigação de fazer ou não fazer, não cabendo na cautelar de exibição de documentos, em que, se não cumprida a ordem, segundo precedente desta Terceira Turma, é possível a busca e apreensão.

2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 433.711/MS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2003, DJ 22/04/2003, p. 229)

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Banco. Obrigação. Multa.

O banco tem a obrigação de exibir em juízo a documentação que deve guardar, relacionada com o desempenho de sua atividade.

Optando o Tribunal pela expedição de ordem de apresentação dos documentos, não cabia desde logo ter por verdadeiros os

fatos a que eles se referem.

Recurso do Banco conhecido em parte, para excluir a multa, e não conhecido o da autora. (REsp 473.122/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2003, DJ 15/12/2003, p. 315)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. MULTA COMINATÓRIA. DESCABIMENTO. A incidência do artigo 359 do Código de Processo Civil nas ações cautelares de exibição de documento, determinada pelo artigo 845 do mesmo estatuto, afasta a possibilidade de aplicação de multa cominatória. Precedente da Terceira Turma. Recurso provido. (REsp 633.056/MG, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2005, DJ 02/05/2005, p. 345)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. MULTA DIÁRIA PELO DESCUMPRIMENTO. DESCABIMENTO. SUFICIÊNCIA DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE.

I. A fixação de multa pecuniária pelo descumprimento da ordem de apresentação do documento é incompatível com a ação cautelar respectiva, pois suficiente ao autor a presunção de veracidade que o provimento da ação, como elemento probante, fornece ao processo principal. Precedentes do STJ.

II. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 953.746/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2007, DJ 01/10/2007, p. 288)

Não fosse isso, o cerne da fundamentação era a ausência de coisa julgada sobre a condenação mesma das astreintes e não só sobre o seu valor, sendo irrelevante o fato de, àquela época, haver preclusão da decisão que as fixara, até mesmo a preclusão máxima, pois no entender do acórdão recorrido não se poderia utilizar como fundamento a coisa julgada para fazer manter-se instituto (multa diária) que por natureza a flexibiliza.

Por outro lado, o órgão julgador fora categórico ao analisar a alegação de incidência do CPC de 2015, pontuando expressamente (fl. 744 e-STJ):

Ainda, saliente-se que, apenas a título argumentativo, uma vez que se trata de argumento novo, ou seja, sequer se pode alegar qualquer omissão, no que tange ao artigo 400 do Novo Código de Processo Civil, evidentemente que este se aplica tão

somente aos casos em que a fixação se dê com base no Novo Código, o que não é o caso dos autos, tratando-se de sentença proferida ainda no ano de 2007, com trânsito em julgado no ano de 2013.

A alegação de existência de omissão no que concerne arrosta a má-fé.

Assim, não há falar, sequer, em sombra de negativa de prestação jurisdicional, não havendo qualquer dos vícios do art. 1.022 do CPC, ou ainda, deficiência de fundamentação a ser reconhecida.

No que concerne ao dissídio jurisprudencial, primeiro, é preciso que se deixe muito claro que o recurso especial é espécie de impugnação recursal de fundamentação vinculada, devendo-se evidenciar, claramente, a existência de divergência de interpretação acerca de determinado ou determinados dispositivos de lei federal, sob pena de não conhecimento do recurso.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial 1.346.588/DF, reafirmou a necessidade da parte recorrente identificar o dispositivo de lei federal com interpretação divergente, sob pena de se impor aos membros desta Corte a identificação, de ofício, do texto legal sobre o qual se alega o dissídio e de ferir a ampla defesa e contraditório ante a dificuldade do recorrido de identificar de forma clara e precisa a tese jurídica a ser impugnada.

A propósito, vale lembrar que *"O Superior Tribunal de Justiça não é terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada. O recurso especial é recurso excepcional, de fundamentação vinculada, com forma e conteúdo próprios, que se destina a atribuir a adequada interpretação e uniformização da lei federal, e não ao re julgamento da causa porque o sistema jurídico pátrio não acomoda triplo grau de jurisdição"* (AgRg no REsp 1.716.998/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 16/05/2018).

Não houve a indicação pelo recorrente dos dispositivos de lei sobre os quais entende existir o dissídio, não se podendo utilizar enunciado sumular como parâmetro para tanto e nem atribuir a esta Corte o ônus de pinçar artigos

de lei que tenham sido referidos nas transcrições realizadas pelo recorrente dos fundamentos dos acórdãos paradigmas, pois tal não satisfaz o dever de a parte demonstrar especificamente a certos dispositivos de lei federal a existência de dissonante interpretação pelos Tribunais da federação.

Revela-se atraído o enunciado 284/STF.

Não fosse referido óbice, a alegação de que os ônus sucumbenciais deveriam ser redistribuídos de acordo com a proporcionalidade dos decaimentos, afastando-se a mínima sucumbência, entrega a esta Corte Superior, apenas, sopesar percentuais e verificar se mínima a sucumbência ou não de uma das partes, o que não é tarefa a ela atribuída pela Constituição, já que daí não se extrairá o afastamento de dúvida acerca da interpretação de questões federais, nem mesmo se propiciará o desenvolvimento do direito brasileiro.

À evidência, incidência, também, o enunciado 7/STJ.

Por outro lado, em relação à possibilidade de execução das astreintes que foram indevidamente fixadas em sede de ação cautelar de exibição de documentos, a jurisprudência desta Corte Superior é uníssona acerca da plena possibilidade do afastamento da multa em sede de cumprimento de sentença, não havendo falar em violação à coisa julgada ou preclusão.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. IMPOSIÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Consoante jurisprudência desta Corte Superior, na ação de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória (Súmula 372 do STJ).

2. O entendimento desta eg. Corte pacificou-se no sentido de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgInt no

REsp 1402310/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. MULTA. INAPLICABILIDADE. AFASTAMENTO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- Segundo a jurisprudência consolidada do STJ, na ação de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória (Súmula 372).

2.- O artigo 461 do Código de Processo Civil permite que o magistrado altere, de ofício ou a requerimento da parte, o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não se observando a preclusão.

Precedentes.

3.- O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

4.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1361225/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 13/06/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO AGRAVADO. CÓPIAS DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO NÃO AUTENTICADAS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTO. MULTA. DESCABIMENTO.

1.- A Segunda Seção desta Corte pacificou a questão da desnecessidade de autenticação de cópia de procuração e de substabelecimento, tendo em vista a presunção de veracidade das cópias juntadas e não impugnadas oportunamente, superando-se antigo entendimento que se manifestava sobre a matéria, bem como pela imprescindibilidade do prequestionamento de tal matéria, ainda que de ordem pública.

2.- Segundo a jurisprudência consolidada do STJ, na ação de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória (Súmula 372). Este entendimento aplica-se, pelos mesmos fundamentos, para afastar a cominação de multa diária para forçar a parte a exhibir documentos em medida incidental no curso de ação ordinária. Nesta, ao contrário do que sucede na ação cautelar, cabe a presunção ficta de veracidade dos fatos que a parte adversária pretendia

comprovar com o documento (CPC, art. 359), cujas consequências serão avaliadas pelo juízo em conjunto com as demais provas constantes dos autos, sem prejuízo da possibilidade de busca e apreensão, nos casos em que a presunção ficta do art. 359 não for suficiente, ao prudente critério judicial. (EDcl no AgRg no REsp 1092289/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 25/05/2011). 3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg nos EDcl no REsp 1319919/PE, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 18/06/2013)

Neste último precedente, o Ministro Beneti fora enfático ao reconhecer:

É possível ao magistrado determinar o afastamento de astreintes impostas para forçar a parte a exhibir documentos em medida incidental no curso de ação ordinária, ainda que o faça ao decidir exceção de pré-executividade, pois, segundo o entendimento do STJ, a decisão que fixa multa diária em exibição de documentos, mesmo que transitada em julgado, comporta revisão por ocasião da execução da sentença.

Houve inclusive o exame da questão em sede de recursos repetitivos, tendo sido exatamente esta a conclusão:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. ASTREINTES. DESCABIMENTO. COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC:

1.1. "Descabimento de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível."

1.2. "A decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada." 2. Caso concreto: Exclusão das astreintes.

3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1333988/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 11/04/2014)

Ademais, acerca da alegada incidência do CPC de 2015, o acórdão recorrido afastou-a em face de a prolação da decisão que fixara as astreintes e

do seu trânsito em julgado terem ocorrido ainda sob a vigência do CPC de 1973, não tendo a parte impugnado referido fundamento.

Outrossim, não tendo o acórdão recorrido analisado as normas do CPC de 2015, nem mesmo os paradigmas, não caberia, sequer, a demonstração de dissídio no que concerne.

Não houve, ainda, a alegação de violação a normas do CPC de 2015, não havendo, sob qualquer perspectiva, a possibilidade de analisar-se a questão sob a sua égide.

Remanesce, pois, a fixação de *astreintes* sob a vigência de normas que, na forma da jurisprudência sumulada desta Corte Superior, não dariam azo a tanto, revelando-se escorreito o afastamento da condenação ao pagamento da multa diária pelo acórdão recorrido.

Ante todo o exposto, conheço em parte do recurso especial e lhe nego provimento.

Com fundamento no §11 do art. 85 do CPC, majoro o percentual dos honorários de advogado a que condenado o recorrente na origem em 3%, totalizando 13% sobre o valor atualizado da dívida, observando-se a eventual e anterior concessão da gratuidade judiciária.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator